

**A QUESTÃO DA ÉTICA, DO TRABALHO E DA VELHICE NO DEBATE
SOBRE A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL:
Um ensaio em defesa da vida, da ciência e da superação do sistema do capital**

*Cícera Maria dos Santos Gomes¹
Erlenia Sobral do Vale²
Jonorete de Carvalho Benedito³
Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva⁴
Tereza Cristina Santos Martins⁵*

Resumo

No momento em que a crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19 exacerba as contradições do capital e com elas desnuda o racismo estrutural e o ageísmo como manifestações que compõem a complexa totalidade dos sistemas de mediações da questão social brasileira, a negação da ciência influencia o combate ao vírus (e suas variantes), dinamiza a sua proliferação e o seu crescimento no país, tornando-o um importante aliado na devastação de vidas em toda a sociedade brasileira, mas, principalmente, da parcela da classe trabalhadora negra que, ao vivenciar o desemprego, a informalidade e as relações de trabalho mais precárias, tem uma condição de vida diferenciada e abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora brasileira. Apresentamos, neste escrito, uma discussão sobre as determinações sociais nos diferentes e desiguais processos de envelhecimento, marcadamente em tempos tão difíceis de se viver, quando recrudescem o racismo e o ageísmo no nosso País. Objetivamos contribuir para o debate sobre o trabalho, a instrumentalidade do Serviço Social e as suas aproximações e produções sobre o envelhecimento humano na perspectiva da totalidade social. Certamente, um dos nossos maiores desafios é o reconhecimento das determinações mais fundamentais e sua articulação com as expressões fenomênicas em suas enganosas singularidades imediatas, para então restabelecer, no nível da representação, a ligação ôntica entre a lógica capitalista e a multifacetada questão social, tanto nas suas formas de pauperização como na resistência.

Palavras-Chave: Ética, Trabalho, Velhice, Racismo e Ageísmo

¹Assistente social. Doutora em Serviço Social. Professora universitária, educadora ambiental. ORCID – 0000-0003-4888-2252. *E-mail:* gomes_cicera@yahoo.com.br

²Graduada em Serviço Social. Doutora em Serviço Social pela UFPE. Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará. ORCID – 0000-0002-0240-4872. *E-mail:* erlenia@yahoo.com.br

³Graduada em Serviço Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Envelhecimento, Políticas Públicas e Sociedade, da Unesp. Atua no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Maceió. ORCID – 0000-0002-1549-0503. *E-mail:* jonorete@terra.com.br

⁴Graduada em Serviço Social. Doutora em Serviço Social pela UFPE. Coordenadora-geral do Núcleo de Gerontologia Social do Hospital Universitário Oswaldo Cruz, da Universidade de Pernambuco. ORCID – 0000-0001-5101-2800. *E-mail:* salvea.campelo@upe.br

⁵Graduada em Serviço Social. Doutora em Serviço Social pela UFPE. Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Questão Social e Movimento Social. ORCID – 0000-0003-1244-3899. *E-mail:* trzamartins@gmail.com

Abstract

At a time when the health crisis caused by the Covid 19 pandemic is exacerbating the contradictions of capital and, with them, reveals structural racism and ageism as manifestations that make up the complex totality of the systems of mediations of the Brazilian social question, the denial of science influences the fight against the virus (and its variants), its proliferation and growth in the country, making it an important ally in the devastation of lives in all of Brazilian society, but principally of the black working class that, in experiencing unemployment, informality and more precarious work relations, have a differentiated life condition that is below the average level of the Brazilian working class. In this article, we present a discussion about the social determinations in the different and unequal processes of aging, especially in times that are so difficult to live, when racism and ageism are growing in our country. We aim to contribute to the debate on the work, the instrumentality of Social Service and its approaches and productions on human aging in the perspective of social totality. Certainly, one of our greatest recognition of the most fundamental determinations and their articulation with the phenomenal expressions in their deceptive immediate singularities, to then re-establish, at the level of representation, the ontic link between capitalist logic and the multifaceted social question, both in its forms of impoverishment and resistance.

Keywords: Ethics, Work, Old Age, Racism and Ageism.

INTRODUÇÃO

À luz do Projeto Ético-Político do Serviço Social, a produção deste artigo está relacionada a dois aspectos principais: o primeiro diz respeito à defesa intransigente da vida, nos termos da completude de todas as suas fases para os indivíduos e populações, considerando fundamentalmente os segmentos da classe trabalhadora em cujo curso de vida acha-se interdita⁶ a longevidade ou mesmo a “dignidade” tão anunciada e preconizada, por exemplo, no Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003). O segundo aspecto que nos leva a compor, coletivamente, este escrito tem relação com as nossas trajetórias pessoais e profissionais, na comum condição de filhas de trabalhadores e trabalhadoras, assistentes sociais e pesquisadoras em Serviço Social.

Adotamos neste ensaio a necessária discussão sobre as determinações sociais nos diferentes e desiguais processos de envelhecimento, marcadamente em tempos tão difíceis de se viver, quando recrudescem o racismo e o ageísmo no nosso País. O sentido é o de contribuir para algumas reflexões sobre a importante discussão que permeia o trabalho, a instrumentalidade do Serviço Social e as suas aproximações e produções sobre o envelhecimento humano na perspectiva da totalidade social.

⁶ [não por uma questão meramente de ordem biológica, mas por determinações sociais]

No momento em que a crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19 exacerba as contradições do capital e com elas desnuda o racismo estrutural e o ageísmo como manifestações que compõem a complexa totalidade dos sistemas de mediações da questão social brasileira, a negação da ciência influencia o combate ao vírus (e suas variantes), dinamiza a sua proliferação e o seu crescimento no país, tornando-o um importante aliado na devastação de vidas em toda a sociedade brasileira, mas, principalmente, da parcela da classe trabalhadora negra que, ao vivenciar o desemprego, a informalidade e as relações de trabalho mais precárias, tem uma condição de vida diferenciada e abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora brasileira. Dadas tais condições de trabalho, essa parcela tem como principal possibilidade de proteção social as políticas vinculadas ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Este escrito está estruturado em três partes complementares. No primeiro momento, resgatamos elementos conceituais e ético-políticos ao debate sobre trabalho e instrumentalidade do Serviço Social, fortalecendo o nosso argumento da necessidade de o profissional da nossa categoria conhecer o sujeito com o qual e ao qual dedica a sua intervenção. Decerto, ao trazermos esta reflexão para a esfera cotidiana, neste artigo problematizamos entraves e perspectivas das mediações profissionais. Não esqueçamos que estas particularidades, mediações retratadas na instrumentalidade, são resultantes da relação entre a universalidade do contexto histórico, as singularidades dos campos socioinstitucionais e os posicionamentos dos assistentes sociais.

No segundo momento, registramos algumas reflexões que ganharam notoriedade nos últimos meses, quando a pandemia passou a ameaçar não só a vida das populações humanas, mas, em decorrência da perda irreversível por óbitos⁷ e adoecimento com sequelas, de vastos contingentes da classe trabalhadora, colocou em evidência as relações sociais de produção e reprodução da vida, travadas no contexto do sistema do capital. Ou seja, se por um lado, na realidade brasileira, como podemos observar até os dias em que

⁷ São 531.777 pessoas que perderam a vida para a Covid-19, segundo dados atualizados pelo Consórcio de Veículos de Imprensa. (ed.). Brasil registra 531 mil mortos por Covid; em queda há 13 dias, média móvel é de 1.387 vítimas diárias: país contabiliza 531.777 óbitos e 19.019.974 casos, segundo balanço do consórcio de veículos de imprensa com dados das secretarias de Saúde. Média móvel de casos é a menor desde fevereiro. País contabiliza 531.777 óbitos e 19.019.974 casos, segundo balanço do consórcio de veículos de imprensa com dados das secretarias de Saúde. Média móvel de casos é a menor desde fevereiro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/07/09/brasil-registra-531-mil-mortos-por-covid-em-queda-ha-13-dias-media-movel-e-de-1387-vitimas-diarias.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2021.

estamos finalizando este escrito, o Governo Federal, comprometido com os ditames dos que personificam a exploração do meio (pois a Amazônia agoniza), dos trabalhadores e trabalhadoras, insiste em banalizar as medidas sanitárias preventivas a favor da vida (distanciamento físico, uso de equipamento de proteção individual – EPI, e vacinação, apenas para exemplificar), do nosso lado e ao nosso favor, lutam as forças progressistas, alinhadas à defesa da ciência, da ampliação da intervenção do Estado, da garantia de políticas sociais (na defesa do Sistema Único de Saúde e da Assistência Social) e do enfrentamento ao conservadorismo e sua influência avassaladora nas esferas da gestão pública.

No terceiro momento, trazemos ao debate alguns elementos que nos dizem da desigualdade social no País, atravessando o curso de vida de grande parte da nossa população. Pois, não devemos esquecer, vivemos numa sociedade entre as mais desiguais no mundo, e seria, no mínimo, absurdo deixarmos de considerar as determinações sociais provenientes dessas iniquidades nos processos de envelhecimento das nossas populações. Neste percurso, estamos agregando ao debate sobre o tema, ora apresentado, a necessária análise fundamentada numa teoria social crítica, a qual nos remete a apreender a velhice “trágica”, conforme cunhou a professora Eneida Haddad (2016), como uma expressão da questão social. Ao defendermos que a classe trabalhadora tem gênero, raça/cor e que os indivíduos não deixam de ser explorados em razão de suas idades (mesmo avançadas), transitaremos pela questão do/a trabalhador/a, velho/a e negro/a, dando conta de uma discussão necessária, pois precisamos saber quem é esse/a trabalhador/a com o/a qual atuamos em nossos espaços socio-ocupacionais.

1. O projeto ético-político do Serviço Social e sua efetivação na práxis profissional

Refletir o projeto ético-político do Serviço Social e sua efetivação na práxis profissional significa evidenciar a natureza contraditória da profissão, inserida na dinâmica societária capitalista. Por não haver posicionamento profissional desvinculado de intencionalidade, a maneira pela qual os/as assistentes sociais lidam com as condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação dessa intencionalidade, segundo enfatiza Guerra (2000), caracteriza suas ações como portadoras de instrumentalidade, definida pela autora como capacidade profissional de

responder adequadamente às demandas sociais historicamente colocadas, em três dimensões: teórico-intelectual (o desvendamento da realidade social), técnico-operacional (a execução das tarefas a partir das demandas socialmente postas) e ético-política (a finalidade e o conjunto de estratégias).

A instrumentalidade do Serviço Social está orientada para uma finalidade: é mediada por um projeto ético-político comprometido com os interesses das classes trabalhadoras, o que a vincula a um projeto societário. Projetos societários, no dizer de Netto (2006), diferentemente dos projetos individuais, são projetos coletivos, de classe, que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, portanto, em processo, reclamando valores para justificá-la e elegendo meios (materiais e culturais) para concretizá-la.

Nos anos 1980, o processo histórico de luta pela ruptura com o monopólio do conservadorismo político, teórico e metodológico da profissão foi marcado pelo debate sobre a necessidade da reforma curricular, tendo como marco o ano de 1982, merecendo destaque a participação da antiga Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS).

A respeito do assunto, Netto (2006, p. 13) explicita:

Entrou na agenda do Serviço Social a questão de redimensionar o ensino com vistas à formação de um profissional capaz de responder, com eficácia e competência, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira – em suma, a construção de um novo perfil profissional (NETTO, 2006, p. 13).

Essa busca por novos valores éticos perpassou toda a discussão e vem refletida no texto do Código de Ética Profissional, afirmando o compromisso com os usuários, com base na liberdade, democracia, cidadania e justiça social. Eis um indicador a ser considerado como diretriz do Serviço Social rumo à construção de um novo projeto societário.

Embora articulado e comprometido com a classe trabalhadora, as dificuldades existentes e latentes, para efetivar o projeto ético-político do Serviço Social no cotidiano hoje, suscitam novas reflexões acerca da práxis profissional, mais especificamente, quando evocamos o princípio fundamental do “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993), ao qual retornaremos mais adiante. Vale neste

momento salientar, como veremos no item 3, a necessidade de conhecer o que se convencionou chamar de usuário/a dos serviços prestados no âmbito das políticas sociais onde atuam os/as assistentes sociais.

A temática da efetivação do projeto ético-político é visivelmente mais relevante no atual momento histórico de saturação e perda de referências político-institucionais plausíveis nos anos dourados do capitalismo (1930-1970), e sua disputa de hegemonia contra o socialismo real. Este período representou, para a burguesia, a manutenção das altas taxas de lucro, fundadas numa superexploração dos trabalhadores durante um intervalo estável de tempo que pressupunha concessões e acordos. Para o movimento organizado dos/as trabalhadores/as, essa possibilidade histórica implicou renunciar a um projeto mais radical, em prol de conquistas e reformas imediatas, incluindo-se aí os direitos sociais viabilizados pelas políticas sociais (BEHRING, 2006, p. 134).

Após o esgotamento da referida situação histórica, a complexidade atual deixa espaços que permitem um avanço do conservadorismo em todos os campos, trazendo desde posições finalísticas da história, o retorno do irracionalismo nas ciências sociais, o descrédito e o isolamento dos movimentos sociais, o cinismo nas relações interpessoais, até a dificuldade de encarar os fenômenos em curso como sintomas do capitalismo tardio e sua necessária ruptura com compromissos e consensos plausíveis no pós-guerra.

O Serviço Social, profissão contraditoriamente útil e questionadora da sociabilidade, sofre em seu cotidiano a tensão dessa contradição. Isso é ainda mais visível num contexto de acentuada despolitização do enfrentamento da questão social enquanto conjunto das expressões das desigualdades sociais fundadas na produção coletiva do trabalho e na apropriação privada do capital.

A estratégia, aparentemente paradoxal, de unir ética e política em um projeto profissional retrata a natureza tensa do Serviço Social. Retrata, ainda, a opção hegemônica de estar ao lado da classe trabalhadora no enfrentamento da naturalização do capital, enquanto relação social fundamental que perpassa todas as dimensões da cotidianidade reprodutora da coisificação humana. Mecanismo este que se condensa quando estamos lidando com a velhice de trabalhadores e trabalhadoras, pois não é uma situação rara não enxergarmos nesses velhos (e velhas) a sua história de vida e de trabalho condicionando a sua história de saúde. Invisibilidade que também se dá quando desvinculamos dos

processos de envelhecimento dos/as que personificam o trabalho as questões de gênero, raça/cor, entre outras que não podemos deixar de considerar.

Neste momento das nossas reflexões, chegamos ao ponto de intersecção da nossa discussão sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social com o segmento populacional ao qual estamos dedicando este escrito: as velhas e os velhos trabalhadores.

2. A questão do envelhecimento abordada na perspectiva da totalidade social, uma contribuição a partir do Serviço Social

Há algumas décadas, no Brasil, soava estranho falar em geronte, gerontologia, geriatria etc. Embora na atualidade ainda seja recorrente o pedido de explicação a respeito desses conceitos, não há dúvidas quanto a uma maior visibilidade, pois o tempo passou e a nossa população geral continua envelhecendo com padrões que indicam aceleração e desigualdade nesse processo, o que pode ser observado a partir dos diversos perfis das nossas populações. Nessa linha de raciocínio, apesar de ser incontestável o aumento da longevidade e a transição demográfica no nosso País, cabem algumas indagações: trata-se de uma conquista para todos/as? Quem desfruta ou desfrutará dessa conquista?

Somente para começar, cabe mencionar o destaque feito por Alexandre Kalache (1987, p. 219):

O envelhecimento de nossa população está se processando em meio a condições de vida, para parcelas imensas da população, ainda muito desfavoráveis. O idoso não é uma prioridade, como pode ser visto nos países industrializados. No entanto, eles estão aí para ficar e em proporções crescentes, passando de 6% da população, em 1980, para mais de 13% previstos para o início do século XXI.

Realidade ratificada na Carta de Ouro Preto, emitida em 2002, após um encontro que reuniu, em Minas Gerais, cerca de trinta especialistas brasileiros/as, estudiosos/as do envelhecimento das nossas populações. O documento intitulado “DESIGUALDADES SOCIAIS E DE GÊNERO E SAÚDE DOS IDOSOS NO BRASIL” denuncia:

O idoso brasileiro de hoje não conta, e ao longo da vida não contou, com um sistema de atenção voltado para a promoção de um envelhecimento bem-sucedido. Como consequência, há um grande contingente populacional que necessita e não tem acesso aos bens e serviços capazes de garantir qualidade de vida nesta fase da vida. Esta situação exige o planejamento de ações de curto, médio e longo prazos para a promoção de um envelhecimento saudável. (CALDAS; UCHÔA; GIACOMINI; COSTA, 2002, p. 3).

Em outro estudo, desenvolvido por Lima-Costa, Matos e Camarano (2006, p. 941), com o objetivo de “verificar se as desigualdades sociais em saúde de adultos (20-64 anos) e idosos (> 65 anos) brasileiros se alteraram entre 1998 e 2003”, obtêm-se os seguintes resultados:

Nos dois anos considerados, os indivíduos no estrato mais baixo de renda apresentavam piores condições de saúde, pior função física e menor uso de serviços de saúde, tanto na faixa etária de 20-64 quanto na de >65 anos de idade. As forças das associações entre renda domiciliar *per capita*, condições de saúde e uso de serviços de saúde não se modificaram entre 1998 e 2003, indicando que não houve alterações nas desigualdades sociais em saúde no período estudado. A persistência dessas desigualdades aponta para a ineficiência de políticas, nos últimos cinco anos, que as reduzissem.

Chegamos a 2017, confirmando as projeções de Kalache (1987), tendo em vista que o Brasil superou o limite dos 30 milhões de pessoas idosas, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE/PNAD) (PARADELLA; BARROSO, 2018).

Ainda de acordo com o estudo intitulado Perfil das Pessoas com sessenta anos ou mais, realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em 2021, o país conta 37,7 milhões de brasileiros com idade igual ou superior aos sessenta anos, correspondendo a 17,9% do total da população (DIEESE, 2021).

Colocados esses resultados, mesmo sem a realização do Censo demográfico previsto para 2020, neste momento do nosso escrito, convém salientar que, no Brasil, atualmente, as várias nuances das desigualdades socioeconômicas estão cada mais vez mais acirradas e agravadas pela pandemia da Covid-19. Não são necessários dados estatísticos para a constatação dessa situação. Basta um pequeno passeio num dos milhares de municípios periféricos brasileiros para se perceber, sem nenhum subterfúgio, tais condições díspares. Entretanto, diante do negacionismo que assola o país, urge que os estudos e dados sejam cada vez mais publicizados, como forma de divulgar o real cenário do povo brasileiro, em especial, da classe trabalhadora brasileira.

Sem perdemos de vista a não realização do Censo de 2020, dados do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE, 2020) demonstram que

vivemos num País onde, em 2020, 10% da população concentrava 43,1% da massa de rendimentos do país e o rendimento médio do 1% mais rico da população era 33,7 vezes o rendimento dos 50% mais pobres.

É preciso ressaltar que a classe trabalhadora não vivencia a situação de desigualdade de forma homogênea. As pessoas negras, em relação às brancas, têm piores rendimentos, piores níveis educacionais, são alvos mais fáceis das balas nada “perdidas” e dos homicídios, além de ser empurradas a residir nos locais de pouca ou nenhuma acessibilidade e sem saneamento básico. As pessoas negras vivem menos em relação às brancas.

Se considerarmos os 10% mais pobres da população, dados da Síntese dos Indicadores Sociais (IBGE, 2020) nos mostram que 21,9% são brancos e 77,0% são negros. Já entre os 10% mais ricos há uma inversão, qual seja a de 70,6% serem pessoas brancas e 27,2% pessoas pretas. Por sua vez, o estudo do IBGE (2019) intitulado Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil mostra que 64,2% dos desempregados e 66,1% dos trabalhadores subutilizados são pretos ou pardos.

Ainda em relação às condições de trabalho, um estudo realizado pelo Repórter Brasil indica que, entre os anos de 2016 e 2018, de cada cinco trabalhadores resgatados em situação análoga à escravidão, quatro são negros. Dos 2,4 mil trabalhadores que receberam seguro-desemprego após resgate, 82% eram pretos e pardos, sendo 91% homens e 40% pessoas com idade entre 15 e 29 anos (PENHA, 2019).

Com relação às condições de moradia, no ano de 2019, um total de 45,2 milhões de pessoas residiam em domicílios com algum tipo de inadequação. Destes, 69,2%, isto é, 31,3 milhões, eram de cor preta ou parda (IBGE, 2020).

Os índices de analfabetismo atingem todas as faixas etárias: 6,6% entre as pessoas com 15 anos ou mais; 7,9% para os que estão na faixa etária dos 25 anos ou mais; e 11,1% para aqueles com quarenta anos ou mais. Severamente, o analfabetismo entre as pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos atinge o patamar dos 18%. Em todas as faixas etárias, as diferenças entre pessoas brancas e pessoas pretas ou pardas são discrepantes, contudo, explicitaremos somente as taxas referentes aos índices apresentados pela população composta por velhos. Se entre as pessoas idosas brancas o percentual é de 9,5%, entre as pessoas idosas pretas ou pardas o percentual quase triplica, chegando aos 27,1% (IBGE, 2020).

Outro aspecto impactante não só na economia como no processo de envelhecimento é o fato de que, no Brasil,

justamente a maior taxa de homicídios incide sobre a população jovem, de 15 a 29 anos de idade: 69,9 homicídios a cada 100 mil jovens em 2017. Em todos os grupos etários, a taxa de homicídios da população preta ou parda superou a da população branca, contudo, é preciso destacar a violência letal a que os jovens pretos ou pardos de 15 a 29 anos estão submetidos: nesse grupo, a taxa chegou a 98,5 em 2017, contra 34,0 entre os jovens brancos. Considerando os jovens pretos ou pardos do sexo masculino, a taxa chegou a atingir 185,0. (IBGE, 2019).

Esses dados nos levam a compreender que, concernente à população preta ou parda, o futuro da população jovem e o alcance da longevidade são determinados pelo racismo tão presente em nossa sociedade, pois, como refere Oliveira (2000, p. 5), “de acordo com origens étnicas, pessoas têm chances diferentes e graus de dificuldades distintos nas construções de suas vidas”.

Diante desses indicadores, celebrar a longevidade é algo que a ideologia dominante menciona para alguns segmentos específicos, e não para as populações de maneira geral. Na verdade, durante a pandemia, além do racismo temos nos deparado com constantes discursos gerontofóbicos, constatados nos constantes movimentos assumidos, inclusive, por profissionais da saúde, na corrida a fim de criar critérios para o acesso dos usuários ao tratamento da Covid-19, em detrimento, apenas para exemplificar, de uma necessária mobilização nacional pela revogação da Emenda Constitucional número 95. Um exemplo que conota critérios de exclusão, pois, nitidamente, do ponto de vista do atual Governo Federal, nem todas as vidas importam.

Essa realidade também pode ser observada na disputa que se estabeleceu no Brasil pelo auxílio emergencial, um ato que não deveria ter sido foco de tamanha polêmica, não só em termos da concessão, mas, também, do valor a ser dispensado, se por acaso o tom da política governamental federal fosse o da defesa intransigente da vida de todas as nossas populações de maneira geral.

Nessa linha de raciocínio, se não conseguimos apreender a velhice como um resultado contínuo de todo um processo de vida, olharemos para os/as velhos/as como seres sem história, sem lugar, sem classe, sem raça/cor da pele, sem orientação identidade de gênero, sem lutas... Olharemos para esses/as velhos/as como seres que, simplesmente, por questões de ordem biológica, cronológica e genética, envelheceram. Bem como estudaremos o processo de envelhecimento e da velhice exclusivamente do ponto de vista da demografia e da epidemiologia. Mas precisamos de outras mediações.

Infelizmente, esse ponto de vista tem sido privilegiado, limitando-nos a apreender de maneira homogeneizante o/a velho/a aposentado/a (que passa a ser todo/a trabalhador/a que exerce o direito à previdência social) como um/a trabalhador/a em exercício de direitos, e a mulher velha, a dita do lar, como uma trabalhadora que nunca exercerá direitos, pois não conseguiremos libertar a mulher do trabalho servil (ao sistema do capital) sem superar esse modo de produção. Assim sendo, por qual movimento do pensamento ou sistema de ideias não somos capazes de ver nesses velhos e velhas o futuro da classe trabalhadora? A quem interessa esse olhar, essa visão caótica do todo que envolve as questões da velhice da classe trabalhadora e de seus segmentos?

Nesse contexto pandêmico e pandemônico, o apelo ao gerontocídio esteve presente e continua em vários discursos. Como se os/as velhos/as já precisassem sair de cena em razão do tempo vivido. O que não se visualiza é que são, em sua maioria, os grandes provedores e provedoras de suas famílias multigeracionais.

Consultando mais uma vez o estudo intitulado Perfil das Pessoas com sessenta anos ou mais, realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2021), 18,5% da população velha exercem atividades laborais; 85% moram na companhia de outras pessoas; 21% residem com pessoas que são estudantes. O percentual de velhos que contribuem com 50% ou mais da renda familiar corresponde a 75%; 26% dos/as idosos/as residem em domicílios que receberam auxílio emergencial. Com relação aos aspectos da saúde, 58% dos/as velhos/as brasileiros/as apresentam comorbidades, 2,5% testaram positivo para a Covid-19 e 32% possuem plano de saúde da rede suplementar (DIEESE, 2021).

Muitos desses homens e mulheres velhos não puderam ficar em casa ou ficaram em casa com muita gente. Sobre esse aspecto, resultados de um estudo realizado por Ana Amélia Camarano e citados por Vasconcelos (2021), expõem que a pandemia da Covid-19 ceifou, entre o início da pandemia e o mês de abril de 2021, 301 mil vidas de pessoas idosas. Tal fenômeno tem contribuído com a perda de cerca de R\$ 3,8 bilhões na economia brasileira, empurrando famílias para a condição de pobreza ou de extrema pobreza, pois muitas pessoas idosas que morreram em virtude da Covid-19 mantinham a família ou contribuíam financeiramente de forma efetiva. A pesquisadora diz ainda que, no caso das mortes das pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, a queda da renda *per capita* representa 48,4% (cai de R\$ 1.475,60 para R\$ 760,40).

Agora, quando a OMS anuncia a ideia de associar velhice à doença, compondo o Código Internacional de Doença (CID)⁸, este escrito visa enfrentar a ideologia dominante, responsável por produzir na sociedade moderna a estigmatização e a segregação da velhice, atravessando tempos e espaços e prevalecendo na contemporaneidade. Faz-se pertinente trazer ao nosso debate Simone de Beauvoir que, em seu livro “A velhice” (1990, p. 17), assinalou a necessidade de elaboração de estudos exaustivos, capazes de extrapolar o destino biológico ao qual estão condenados os seres humanos – que transcende a história –, para dar conta do contexto social onde se vivencia e diferencia a velhice. Nas suas sábias palavras, “tanto ao longo da história como hoje em dia, a luta de classes determina a maneira pela qual um homem é surpreendido pela velhice; um abismo separa o velho escravo e o velho eupátrida, um antigo operário que vive de pensão e um Onassis”.

3. Conhecimento da população usuária e desafios cotidianos para o Serviço Social: o racismo estrutural e as desigualdades sociais condicionam as velhices de indivíduos e populações

Não por acaso, os dados do real vêm evidenciando que no percurso desigual da circulação do novo coronavírus (Covid-19), a incidência dos casos confirmados e das mortes computadas está diretamente relacionada ao lugar, na geografia urbana das cidades brasileiras, para onde as relações de exploração alicerçadas no racismo empurraram os/as trabalhadores/as negros/as, onde vivem os/as desempregados/as estruturais e os/as que para sobreviver dependem do resultado do trabalho diário.

Trata-se da confluência entre determinantes conjunturais e determinações histórico-estruturais sinalizando, mesmo após os 133 anos da abolição do trabalho escravo, os efeitos deletérios de quase quatrocentos anos de escravidão, de uma libertação desprovida de qualquer política reparatória e de um capitalismo que se constitui anulando concreta e ideologicamente as possibilidades de a força de trabalho negra competir, no mercado formal, no processo de venda da sua força de trabalho.

Não há dúvida de que essas determinações históricas ecoaram/ecoam nas vidas dos milhões de descendentes, de todas as idades, dos/as trabalhadores/as escravizados/as

⁸ Situação que estamos enfrentando pela via do conhecimento, da argumentação científica e da defesa da vida e do enfrentamento à estigmatização da velhice.

neste País. A pandemia apenas desnuda uma “questão social” brasileira histórica e equivocadamente tratada sem as mediações das determinações do racismo, ocultando que as suas expressões atingem fundamentalmente a majoritária parcela da classe trabalhadora, formada por negros/as, principalmente, no primeiro momento, velhos/as e, assim, perdendo de vista o racismo como parte da complexa totalidade dos sistemas de mediações da questão social no Brasil.

A explicitação dessas constatações introdutórias assume relevância no debate de uma frente ética em defesa da ciência e contra o negacionismo, contra o irracionalismo, principalmente porque, ao lado da crise sanitária, o desemprego, a pobreza e a fome avançam veloz e fundamentalmente sobre os/as trabalhadores/as negros/as marcados/as pelas determinações histórico-estruturais. Esses dados do real exigem do Serviço Social – como profissão que tem na questão social a sua base de fundação, formação e exercício profissional – conhecer e reconhecer quem, de fato, são os sujeitos para os quais direcionam cotidianamente as suas atividades profissionais, via políticas sociais.

Por essas razões, do ponto de vista da produção intelectual e da formação profissional, é errôneo insistir numa interpretação e debate da questão social que, embora dê conta de pensar a realidade dos/as trabalhadores/as das formações sociais capitalistas em geral, anula o conhecimento concreto da questão social brasileira, sobretudo por não alcançar as condições de trabalho, de vida e as lutas de gerações de trabalhadores/as marcadas pelos quase quatro séculos de trabalho compulsório.

Cumprindo à pesquisa e à formação profissional superar o racismo epistemológico, bem como o ageísmo que ganhou força com a pandemia da Covid-19, por eliminar a possibilidade de considerar que o racismo no Brasil estrutura as relações sociais, e que o apelo ao ageísmo protagoniza a violação dos direitos dos/as velhos/as, dando visibilidade à realidade vivenciada pela parcela majoritária da classe trabalhadora brasileira que, em decorrência da “intervenção direta e decisiva do Estado no financiamento da imigração”, sai das relações escravistas e adentra as relações de trabalho capitalistas já na condição de reserva de força de trabalho. Nesse contexto, os/as velhos/as serão convocados/as a trabalhar sem hora para parar e a realizar a provedoria de sua família, em detrimento da proteção legal a ser prestada pelo Estado em suas três esferas.

Pela centralidade que o trabalho ocupa como categoria fundante do ser social e pela estreita relação do trabalho abstrato com a “questão social”, recuperar as

determinações sócio-históricas estruturais que marcam a vida dessa parcela é condição fundamental num contexto de pandemia. Essa parcela da classe trabalhadora é a mais afetada do ponto de vista da letalidade do vírus (Covid-19), devido às reais condições materiais objetivas para fazer frente à sua subsistência, o seu histórico desemprego, a sua inserção na informalidade e nas relações de trabalho mais precárias, desde as idades mais tenras, na comparação com a parcela da classe trabalhadora brasileira formada por trabalhadores/as brancos/as.

De acordo com Netto (2001, p. 48), precisamos ter presente que a lei geral da acumulação capitalista concretiza-se a partir da “complexa totalidade dos sistemas de mediações [...] que objetivam particularidades culturais, geopolíticas e nacionais e que, portanto, requerem determinação concreta” (NETTO, 2001, p. 48). Nesses termos, para pensar a questão social no Brasil é fundamental considerar o racismo como parte dessa totalidade dos sistemas de mediações, sem perder de vista o ageísmo, pois o processo de envelhecimento se realiza de maneira desigual para o segmento da classe trabalhadora composto por negras e negros.

Evidentemente, o racismo que permeia a velhice dos/as negros/as só pode ser apreendido nas relações sociais concretas e, portanto, as raízes históricas para entender a condição da parcela da classe trabalhadora negra brasileira, mesmo em pleno século XXI, estão cravadas na constituição do capitalismo brasileiro e, obviamente, na transição do trabalho escravo ao trabalho livre.

Ao operar a transferência de “[...] parte do excedente da força de trabalho da Europa para o Brasil [...]” (POCHMANN, 2008, p. 25, grifo nosso), no âmbito da ação estatal conhecida como “política de imigração”, o embrião do burguês brasileiro lança os/as trabalhadores recém-saídos das relações escravistas para ocupar, nas relações assalariadas, a condição de reserva de força de trabalho. É importante ter em conta que é o senhor agrário, metamorfoseado em cidadão da República (FERNANDES, 2006, p. 130), que conduz todo o processo de “redefinição social e cultural do trabalho” (IANNI, 1991), de modo a realizar a transição capitalista sem incorporar os/as trabalhadores/as negros/as nas novas relações de produção.

Assim, dada à “[...] marginalização do negro e [...] [à] grande oferta de trabalhadores [...] acima das necessidades do capital”, os mercados de trabalho regionais já nasceram (1888 a 1930) marcados pela abundância de força de trabalho excedente

(POCHMANN, 2008, p. 25), principalmente da força de trabalho dos/as racialmente discriminados/as, considerada incompatível e inconciliável com as relações de produção assalariadas.

Essas são concretamente as determinações do racismo na estrutura da constituição das relações de produção capitalistas no Brasil, responsáveis pelo distanciamento do/a trabalhador/a negro/a das relações de produção formalizadas e reguladas pelo Estado, nas diferentes fases de desenvolvimento do País, mesmo considerando a flexibilidade histórico-estrutural do mercado de trabalho brasileiro (AZEREDO, 1998).

Devido ao fato de a redefinição social e cultural do trabalho no Brasil estar associada ao/a trabalhador/a branco/a e europeu/eia, os/as trabalhadores/as negros/as adentram o exército de reserva, atendendo fundamentalmente as necessidades médias do capital agrário, obrigando-se a submeter-se às relações de trabalho superexploradas, informalizadas e com maior nível de precariedade. Na condição de “[...] contingente de reserva que vegetará no Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e outros núcleos dominantes [...]” (IANNI, 1966, p. 81), a parcela da classe trabalhadora negra não apenas passa a compor a Superpopulação Relativa brasileira, como também, no âmbito desta, assume a forma estagnada e o “mais profundo sedimento [...] [que] vegeta no inferno da indigência” (MARX, 2009, p. 747) e, no atual estágio de globalização, parte significativa é considerada “supérflua para o capital” (MÉSZÁROS, 2009).

Nesse sentido, não é casual que todas as pesquisas e indicadores sociais brasileiros apontem para uma condição de vida diferenciada dessa parcela da classe trabalhadora, sinalizando para as mesmas condições apontadas por Marx (2009, p. 746) em relação à forma estagnada da Superpopulação Relativa, ou seja, “sua condição de vida se situa abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora e, justamente por isso, torna[-se] base ampla de ramos especiais de exploração do capital” (MARX, 2009, p. 746). Resulta dessa condição a sua submissão às relações de trabalho mais precárias, geralmente na situação de informalidade.

Essas determinações explicam porque a majoritária parcela da classe trabalhadora brasileira tem como única possibilidade de proteção social as políticas ligadas ao SUAS e ao SUS. Apenas para se ter uma ideia do que estamos informando, de acordo com o MINISTÉRIO DA CIDADANIA (2019), considerando o Perfil dos Beneficiários Idosos do Benefício de Prestação Continuada (BPC), mediante dados compilados no Cadastro

Único⁹, dos 4.632.625 total de beneficiários do BPC, 2.035.385 são pessoas idosas, com idade a partir de 65 anos; 60% são negros/negras, 60% são mulheres, 52% recebem cuidados permanentes de terceiros e têm em média 73 anos de idade; em 73%, é o responsável familiar; 44% são provenientes de família unipessoal, em outras palavras, são pessoas que moram sozinhas; 2,5% fazem parte de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos, 91% moram nos centros urbanos. 41% não possuem instrução, 51% têm apenas o fundamental incompleto, apenas 2,5% conseguiram finalizar o médio. Um total de 94% não exerce atividades laborais e entre os que exercem, a grande maioria (81%) é de autônomos e 8% exercem trabalho temporário rural.

O acesso às políticas que integram o SUAS e o SUS, por exemplo, faz parte de uma trajetória determinada pelas relações de exploração estruturadas no racismo. Ou seja, o que estamos presenciando em termos de exacerbação das expressões da questão social, trazendo à tona as determinações raciais, não tem raízes fincadas nesse contexto de pandemia. Todo esse processo é resultante de um lugar do/a negro/a no desemprego, na informalidade e nas relações de trabalho precárias, atingindo-o/a com mais severidade na velhice. É parte de uma trajetória demarcada na constituição do capitalismo brasileiro, quando o Estado determina, a partir de uma política de imigração, que o lugar a ser ocupado pelo/a trabalhador/a oriundo do trabalho escravo e, obviamente pelas gerações de seus/as descendentes, deveria ser no desemprego e nas relações de trabalho superexploradas e degradantes, seja nas zonas de expansão predatórias do capital, seja na expansão urbana e/ou na indústria de transformação.

Eis, portanto, um marcador estrutural fundamental do racismo, porque dada a sua condição de base ampla de ramos “especiais” de exploração do capital, com jornadas de trabalho acima da média da classe trabalhadora e com remuneração bem abaixo do seu valor, suas condições de vida se situam bem abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora. O seu lugar na estrutura de produção capitalista determinará o seu lugar social e todas as demais relações.

Nessa linha de raciocínio, não pode restar qualquer dúvida quanto aos limites para o Serviço Social, considerando o seu desconhecimento em relação às determinações que levam a majoritária parcela da classe trabalhadora brasileira a buscar a proteção social do

⁹ Apresentado no “Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - Regional Nordeste”, no dia 30 de abril de 2019.

Estado, via políticas sociais, onde a/o assistente social desenvolve suas atividades profissionais.

Esse dado do real traz como exigência, principalmente nessa conjuntura de pandemia, reconhecermos que trabalhamos fundamentalmente com essa parcela da classe trabalhadora marcada pela lei geral da acumulação capitalista, concretizada, na formação social brasileira, pelas determinações do racismo. Se a pandemia exacerba as expressões da questão social, ela também expõe os limites do Serviço Social brasileiro em relação ao fato de não tratar concretamente as enormes diferenças no interior da classe trabalhadora. São diferenças determinadas pelas particularidades do capitalismo brasileiro e pelas relações sociais estruturalmente forjadas no racismo.

Portanto, estudar ou mesmo atender os/as negros/as idosos/as requer a apreensão de qualquer aspecto mediado pela categoria da totalidade social. Somente assim seremos capazes de desvelarmos porque, para o/a trabalhador/a negro/a, não há tempo para parar de trabalhar; porque, no Brasil, a esperança de vida ao nascer é menor para os/as negros/as. É essencial conhecer quem é o/a “usuário/a” dos serviços que prestamos nos nossos espaços socio-ocupacionais.

Nesse movimento de reflexões, devemos compreender que, embora a experiência do envelhecimento seja inerente à espécie humana, para além da dimensão biológica, do marcador cronológico, as relações sociais de exploração no modo de produção capitalista determinarão diferenças e desigualdades no processo de envelhecer, tanto entre indivíduos quanto entre populações (CAMPELO E PAIVA, 2014). Assim, os desafios postos ao Serviço Social estão diretamente ligados a uma pesquisa e a uma formação profissional que reflitam concretamente o que os dados do real estão mostrando.

4. A defesa do projeto ético-político alinhada à defesa da vida, da ciência e ao enfrentamento ao conservadorismo

Atualmente se debate a crise deste projeto ético-político em sua representatividade e efetividade diante da diversidade da categoria. Marcelo Braz (2007) sistematiza a reflexão sobre a crise de hegemonia do projeto ético-político a partir da identificação de alguns problemas centrais postos no Brasil e no contexto de predominância do neoliberalismo: primeiro, a ausência de uma proposta alternativa à do capital na sociedade

brasileira, capaz de unificar interesses sociais distintos relativos ao trabalho; segundo, os fatores objetivos que incidem sobre as bases materiais do projeto profissional.

Ao trabalhar a mesma problemática situando os limites históricos atuais, Netto (2007) opina que a limitação do Serviço Social às atividades assistenciais, postas na equívoca estratégia da redução da pobreza, e o aviltamento da formação profissional, mediante uma massificação degradada, inviabilizarão o projeto ético-político.

Para o enfrentamento da crise, Braz (2007) propõe a articulação de dois vetores: transcender o campo profissional e buscar parceria com outros setores de resistência; exercer nossas possibilidades regulatórias, utilizando de instrumentos legais e legítimos, suas possibilidades contraditórias em favor das lutas sociais. Netto (2007) destaca a legitimidade da vontade política organizada, mas menciona o desafio de encontrar substância histórica para tal e de transcender o mero otimismo.

No presente momento, a fronteira entre a resistência e a reprodução do *status quo*, que é a luta pelos direitos sociais, historicamente possível nos limites da emancipação política burguesa, encontra-se em recuo. Isso se coloca diante dos limites históricos provenientes da crise de acumulação do capital. Esta é retratada em crises sucessivas desde a década de 1960, particularizada em sua condição estrutural, sua longevidade e nas respostas do capitalismo a partir de então. Essas respostas efetivam-se através da reestruturação produtiva nas empresas, do neoliberalismo no Estado e da mundialização sem fronteiras da parceria entre capital produtivo e capital financeiro.

Um agravante neste processo é que a partir do atual desenvolvimento das forças produtivas e de suas contradições, a classe trabalhadora torna-se heterogênea e sofre os retrocessos de um momento contrarrevolucionário (que também se expressa na queda do socialismo real) com sérios problemas em sua organização política.

Todas as transformações implantadas pelo capital têm como objetivo reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho. Compreende-se, pois, que o ônus de todas elas recaia fortemente sobre os trabalhadores – da redução salarial à precarização do emprego (NETTO, 2007, p. 21), processo acirrado nesse tempo de pandemia da Covid-19.

Pensando sobre a nossa particularidade, como podemos refletir e efetivar a nossa contribuição num momento contrarrevolucionário? A resposta pode ser construída a partir

do debate do projeto ético-político, onde se sintetiza a natureza contraditória da profissão. A contradição se afirma na luta pelos direitos sociais, sendo esta hoje uma arena que bem pode evidenciar a incompatibilidade do atual estágio do capitalismo e o atendimento de demandas socialmente postas pela classe trabalhadora.

A luta, portanto, não é privilégio dos/as assistentes sociais, mas de todas as categorias envolvidas nas lutas sociais. Adotar a opção de classe é se posicionar ao lado, contribuir e potencializar. É bom lembrar que nosso lugar de ocupação é um espaço rico e privilegiado, pois estamos cotidianamente no centro das expressões das contradições capitalistas.

Estamos rotineiramente em contato direto com os/as usuários/as da saúde, da assistência social, provenientes da parcela da população proprietária apenas da sua força de trabalho, em geral, vitimizados/as pela fome, violência e por toda forma de abandono nos traz a evidência da impossibilidade do capital de superar sua contradição fundamental de produção da riqueza pela classe trabalhadora, sua incongruente miséria e a apropriação burguesa do trabalho alheio.

Acentua-se assim a tensão de uma categoria que fez opção de classe desde a reconceituação nos anos de 1980 e sua função social de amenizar conflitos provenientes da outra face da questão social: a resistência. Historicamente, as saídas apontadas são: 1) a luta pelos direitos sociais, enquanto resposta às reivindicações históricas da classe trabalhadora e 2) a redistribuição mínima da riqueza socialmente produzida, permitida pelos interesses do capital no enfrentamento de suas próprias contradições.

A partir do breve contexto acima evidenciado, mensuramos minimamente o montante de problemas que é efetivar o projeto ético-político na esfera do cotidiano das relações sociais capitalistas. Colocando mais lenha na fogueira, basta mergulhar nas particularidades do enfrentamento hoje da questão social, que baseado nas atuais respostas do capital aos seus limites de crescimento, apresenta novas roupagens e novos discursos, expressando também leituras que criam uma suposta nova questão social. Esta, apresentada como resultante natural do atual desenvolvimento das forças produtivas, principalmente a revolução tecnológica, desnudada de sua base genética que é a contradição da relação entre capital e trabalho.

E para continuar enfrentando seriamente este debate, é necessário tratarmos a *práxis* do/a assistente social contextualizada nestes elementos determinantes mais gerais,

bem como tratar da esfera cotidiana onde as mediações estão entre nuvens que distanciam a aparência e a essência. É na cotidianidade reificada do capitalismo que exercemos a nossa prática, historicamente disfarçada de ajuda e hoje ressignificada pela luta de classes como direito. Nesta esfera é que são expressos os posicionamentos individuais, permeados pelas mediações sócio-históricas de classe e por questões de identidade. Esta individualidade na presente sociabilidade traz consigo uma unidade vital (particularidade e genericidade) que, a partir do processo de desumanização, próprio deste sistema, tornou-se muda.

Cotidiano lembra a dimensão da moral, e é bom apontar que neste aspecto a alienação está posta para os homens não pela dualidade entre uma suposta natureza boa ou má do homem, senão pela trajetória histórica realizada até o presente momento, que não permitiu uma consciência do homem como automediador da própria história. Eis o tema central da teoria moral de Marx: como realizar a liberdade humana. Isso significa que ele deve investigar não só os obstáculos criados pelo homem à liberdade na forma dada da sociedade, mas também a questão central da natureza e das limitações da liberdade como liberdade humana (MÉSZÁROS, 2006, p. 149).

Na vida cotidiana, a esmagadora maioria da humanidade jamais deixa de ser, nem sempre na mesma proporção, e tampouco com a mesma extensão, uma muda unidade vital de particularidade e genericidade. Os dois elementos funcionam em si e não são elevados à consciência (HELLER, 1992, p. 23). O que resulta é um indivíduo envolto na reprodução cotidiana de sua particularidade que não vive sua humanidade, portanto, não a reconhece e não exerce sua individualidade por inteiro, mas sobrevive nos fragmentos e egoísmos possíveis.

Ao reconhecer esta enquanto qualidade por excelência da nossa cotidianidade, torna-se ainda mais evidente o desafio do exercício ético-político em nossa *práxis* profissional. Imagine isso em tempos de novas configurações do tempo e do espaço, o ideário da cultura pós-moderna, seus fragmentos e a consciência da história como impalpável, o sentido do imediato como a única mediação necessária e possível.

O momento exige um grande esforço coletivo e individual na dinâmica das lutas sociais, a fim de reconhecer os processos alienantes que permeiam a luta de classes em todas as suas expressões. A importância desta tarefa é potencializar a luta da classe trabalhadora na sua opção histórica de revolucionar e superar a ordem social burguesa.

Outra boa contribuição daquela parte da categoria que acredita na importância do projeto ético-político, aliado a um projeto societário, é o fato de termos contato diário com as condições de vida da população, podermos denunciá-las, potencializando suas organizações e movimentos e contribuindo no processo de desnudamento de seus nexos causais.

Eis um dos desafios que se apresentam diante da competência profissional e do compromisso com a qualidade dos serviços prestados pelo/a assistente social, qual seja, o de fazer a leitura crítica da realidade descrita pelo/a usuário/a, visando traduzir sua demanda imediata em necessidade histórica, além de identificar o conteúdo ideológico das políticas e serviços sociais, espaços sócio-ocupacionais da categoria, fundamentando a intervenção no sentido da ampliação dos direitos, em contraposição à mera aplicação e reprodução de critérios.

Considerações Finais

Se as demandas com as quais trabalhamos são totalidades saturadas de determinações (econômicas, políticas, culturais, ideológicas), então elas exigem mais do que ações imediatas, instrumentais e manipulatórias. Elas implicam intervenções que emanem de escolhas, que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevam no campo dos valores universais (éticos, morais e políticos). Mais ainda, ações que estejam conectadas a projetos profissionais aos quais subjazem referenciais teórico-metodológicos e princípios ético-políticos (GUERRA, 2000).

As lutas específicas devem ser articuladas com a luta pela emancipação humana. Este é um dos elementos, infelizmente, abandonado por vários movimentos sociais. É importante pontuar que tudo isso deve ser considerado nas situações concretas reais para sairmos da esfera especulativa e irmos para o movimento tenso e contraditório da história, seus entraves e perspectivas. Se hoje há uma presença marcante de sindicatos e movimentos sociais que se submetem ao ideário liberal, há aqueles que resistem (Movimento dos Trabalhadores sem Terra no Brasil); se o capital ainda apresenta fôlego, é bem verdade que a sua respiração está ofegante e está cada dia mais evidente que sua sobrevivência exige o esgotamento dos recursos naturais e a morte de milhares de seres humanos. Isto coloca a humanidade entre duas opções históricas radicalmente opostas: socialismo ou barbárie.

A atenção à articulação das três dimensões referidas no início do texto (teórico-intelectual, técnico-operacional e ético-política) é condição fundamental para uma ação competente, inclusive do ponto de vista das tensões postas no cotidiano do exercício profissional. Particularmente, se existe a possibilidade de efetivar uma prática crítica e transformadora, esta se faz na dinâmica contraditória das disputas políticas cotidianas quanto às prioridades dos recursos socioinstitucionais e no uso crítico da linguagem profissional e seu caráter ideológico.

Como, em nossas pequenas tarefas cotidianas, no âmbito das políticas sociais, podemos contribuir para a afirmação classista do projeto ético-político? Essa é a pergunta central dos/as que se reconhecem na dinâmica de classes, expressa em nossa *práxis*, através das múltiplas faces da questão social em suas expressões e enfrentamentos.

Perder de vista este horizonte é cair na imediatez da prática e fortalecer o caráter conservador naturalmente presente em nossa profissão. Neste sentido, a posição do indivíduo se coloca constantemente na berlinda, diante da sua condição de venda da força de trabalho, de sua condição de assalariamento e sobrevivência e dos desafios cotidianos de se posicionar contrariamente às forças conservadoras nos contextos singulares das instituições reprodutoras do *status quo*.

Não é o retorno ao messianismo de confundir a *práxis* profissional enquanto espaço de militância política, mas de situá-la num momento histórico em que a transformação radical da história se apresenta como uma exigência para a sobrevivência humana. Essa é uma questão que ultrapassa seguramente as atividades socio-ocupacionais, mas o Serviço Social não pode se furtar a tal reflexão, pois sua natureza histórica está umbilicalmente ligada ao capitalismo e suas contradições.

Neste momento em que as mudanças no enfrentamento da questão social pesam com um forte cariz conservador, de redução dos direitos sociais e uma coletivização do ônus provocado pela crise de acumulação do capital, a luta pela efetivação dos direitos sociais coloca-se como um elemento estratégico de denúncia dos limites da presente sociabilidade.

Embora seja recorrente, como vimos acima, o apelo ao ageísmo e à estigmatização da velhice nesse tempo da pandemia da Covid-19, essa realidade, assim como a do racismo, não está fundada na atualidade. Portanto, não se deu ao acaso que, no Brasil, em

março de 2020, a primeira vítima da Covid-19 fosse uma mulher, empregada doméstica. De acordo com Juliana Gragnani (2020, *on line*):

A doença causada pelo coronavírus no Brasil mata mais as pessoas negras e pobres. Com a evolução da epidemia no país, morreram pobres na linha de frente do tratamento à covid-19, trabalhadores de serviços essenciais e informais, trabalhadores que não puderam deixar de trabalhar, além de pessoas pobres idosas e com comorbidades, com acesso desigual ao sistema de saúde.

Certamente, um dos nossos maiores desafios é o reconhecimento das determinações mais fundamentais e sua articulação com as expressões fenomênicas em suas enganosas singularidades imediatas, para então restabelecer, no nível da representação, a ligação ôntica entre a lógica capitalista e a multifacetada questão social, tanto nas suas formas de pauperização como na resistência. Assim, somente assim, estaremos em busca da efetivação do projeto ético-político que, para além de ser um projeto profissional, coloque em seu horizonte a contribuição para a construção de um novo projeto societário.

Reduzir o que nomeamos projeto ético-político a um debate sobre a questão dos valores é estreitá-lo à esfera metafísica do dever ser. Entretanto, quando pensamos a superação da ordem burguesa, sabemos que neste processo está a tarefa de construção de novos homens e mulheres e o desafio de relações igualitárias. A tomada do Estado burguês por si só não garante o processo de emancipação humana.

Assim, o debate sobre os valores não pode ser o elemento central, nem deve ser relegado a um elemento inútil; nenhum momento somente para depois, nem a grande estratégia revolucionária. Não custa lembrar que é a vida que gera a consciência, e não o seu contrário. E vida aqui significa o conjunto complexo de relações sociais.

Nesta perspectiva, denunciar a relação da moral burguesa, seus valores morais com a mercantilização das relações humanas, é uma tarefa também importante, logicamente não de uma categoria profissional específica, mas de todos aqueles que acreditam em e lutam por uma nova sociedade.

A importância diz respeito, principalmente, a reconhecer a articulação existente entre valores burgueses socialmente referendados e os processos de alienação, próprios da ordem capitalista, e tensionar a construção de novos valores no questionamento da incompatibilidade do estranhamento com a realização humana. Enfim, denunciar a

contradição inconciliável entre a civilização capitalista (em todas as suas dimensões) e a realização humana.

Referências

AZEREDO, Beatriz. Políticas públicas de emprego no Brasil: limites e possibilidades. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de. (Org.). **Reforma do estado e política do emprego no Brasil**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 2).

CALDAS, Célia; UCHÔA, Elizabeth; GIACOMINI, Karla; COSTA, Maria Fernanda Furtado de Lima e (ed.). CARTA DE OURO PRETO: desigualdades sociais e de gênero e saúde dos idosos no brasil. DESIGUALDADES SOCIAIS E DE GÊNERO E SAÚDE DOS IDOSOS NO BRASIL. 2002. Disponível em: <http://www.crde-unati.uerj.br/documento/destaque.htm>. Acesso em: 27 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 28 fev. 2020.

BRAZ, Marcelo. **A hegemonia em xeque**: Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. Revista Inscrita, Brasília (DF): CFESS, n. 10, 2007.

CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**. São Paulo: Cortez, 2014. 303 p.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília: CFESS, 1993.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (Dieese). Perfil das Pessoas Idosas com sessenta anos ou mais. 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficoPerfil60AnosMais.html>. Acesso em: 13 jun. 2021.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

GRAGNANI, Juliana. **Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo**. 2020. Da BBC News Brasil em Londres. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>. Acesso em: 11 jul. 2021.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social** In: Cadernos CEAD/UNB Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais, Módulo 4. Brasília: UnB, 2000.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016. 206 p.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

IANNI, Octavio. A Questão Racial no Brasil. In: LOVELL, Peggy (Org.). **Desigualdades Sociais no Brasil Contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/Cedelpar, 1991.

IANNI, Octavio. **Raças e classes no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020** Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

KALACHE, Alexandre. **Envelhecimento populacional no Brasil: uma realidade nova**. uma realidade nova. 1987. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/JzrMDrhkDVvPnrW7CVWRzrB/?lang=pt>. Acesso em: 27 jun. 2021.

LIMA-COSTA, Maria Fernanda; MATOS, Divane Leite; CAMARANO, Ana Amélia. **Evolução das desigualdades sociais em saúde entre idosos e adultos brasileiros: um estudo baseado na pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD 1998, 2003)**. um estudo baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 1998, 2003). 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/pYY6cXMWDz7MxRQFztPdHZb/?lang=pt>. Acesso em: 27 jun. 2021.

MARX, Karl. **O capital**. Livro 1, V. 2. Tradução de Reginaldo Sant'Anna 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 3.reimpressão. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Benefício de Prestação Continuada: Conquista civilizatória das pessoas com deficiência e idosos**. São Luís, 2019. 27 slides, color. Apresentação no COLEGIADO NACIONAL DE GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REGIONAL NORDESTE. Disponível em: https://static.fecam.net.br/uploads/1521/arquivos/1493047_BPC_30_04_19_final.pdf. Acesso em: 4 jun. 2021.

NETTO, José Paulo. Das ameaças à crise. Revista Inscrita, Brasília (DF): CFESS, n. 10, 2007.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 01-22. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf. Acesso em: 10 jul. 2021.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001.

OLIVEIRA, Dennisde. **Globalização e Racismo no Brasil**. São Paulo: Unegro, 2000.

PARADELLA, Rodrigo; BARROSO, Marcelo. **IBGE/PNAD Contínua: número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017**. Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017. 2018. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2018/04/27/ibgepnad-continua-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017/>. Acesso em: 27 jun. 2021.

PENHA, Daniela. **Negros são 82% dos resgatados do trabalho escravo no Brasil. 2019**. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/11/negros-sao-82-dos-resgatados-do-trabalho-escravo-no-brasil/>. Acesso em: 13 jun. 2021.

POCHMANN, Márcio. Rumos da Política do Trabalho no Brasil. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita. (Orgs.). **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: Fapema, 2008.

VASCONCELOS, Gabriel. **Morte de idosos já tirou R\$ 3,8 bi da economia, 2021**. Disponível em: <https://valor.globo.com/impresso/noticia/2021/05/13/morte-de-idosos-ja-tirou-r-38-bi-da-economia.ghhtml>. Acesso em: 13 jun. 2021.